



**MUNICÍPIOS
UNIDOS PELA
DERRUBADA DO**

VETO DO ISS

- CNM convoca mobilização para derrubar o veto à redistribuição do ISS
- Com a chegada do verão, CNM alerta gestores para perigos do mosquito *Aedes*
- Atuação do movimento municipalista garante repasse da multa da repatriação

Família Municipalista



Conecte-se à CNM pela Redes Sociais

Estar conectado 24 horas por dia é realidade da maioria dos gestores municipais, e, pensando nisso, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) tem páginas nas principais redes sociais.

A página da CNM no Facebook tem grande visualização, são cerca de 20 mil curtidas e alcance de 30 mil pessoas, diariamente. Por meio dessa ferramenta, são publicadas as informações e as notícias prioritárias do municipalismo brasileiro.

No Instagram, são publicadas as imagens

dos eventos promovidos pela entidade, bem como visitas de prefeitos à sede da Confederação. Campanhas e projetos da entidade também são divulgados na rede social de fotos. São aproximadamente 2 mil seguidores só nesta página.

O Twitter é um espaço para pequenas informações, mas que possam ter grande impacto social. Geralmente nessa rede são divulgados números de conquistas da CNM e chamamentos para eventos.

O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, defende que nos dias atuais a tecnologia tem sido grande aliada dos prefeitos. “Ferramentas como Whatsapp e SMS têm ajudado muito. Pois, toda vez que alguma pauta de interesse dos Municípios está sendo votada no Congresso Nacional, a CNM envia uma mensagem aos gestores cadastrados e contribuintes e começamos juntos a pressionar os parlamentares para votarem a favor dos Municípios”, explica.

A CNM está nas principais Redes Sociais, então, curta, siga e inscreva-se.



Visitas de prefeitos à CNM – dezembro/2016



Prefeito de Humaitá (AM), José Cidenei Lobo



Prefeito de Vitória do Jari (AP), Raimundo Souza



Prefeito eleito de Sanclerlândia (GO), em Goiás, Itamar Leão



Prefeito de Tartarugalzinho (AP), Rildo Gomes de Oliveira



Prefeito de Sabino (SP), Pedro de Paulo



Prefeito eleito de Balsas (MA), Erick Silva



Prefeito de Brodowski (SP), Elves Carreira

Fotos: Ag. CNM

Visite a nova sede da CNM: **SGAN Quadra 601 Módulo N - Brasília, DF**

Plataformas digitais



Primeiro colocado no *ranking*, Hildo Rocha destaca importância do Observatório Político

A aprovação de pautas fundamentais para a gestão municipal, no Congresso Nacional, só tem sido possível em razão da atuação do movimento municipalista brasileiro, em parceria com deputados e senadores que são, realmente, considerados municipalistas. Desde 2015, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) monitora o desempenho dos parlamentares por meio do *hotsite* Observatório Político, vinculado ao portal da entidade – www.cnm.org.br.

No *ranking* da plataforma, que atribui notas positivas aos parlamentares que votam pautas favoráveis aos Municípios e notas negativas aos que são contrários, o deputado Hildo Rocha (PMDB-MA) ocupa o primeiro lugar. Em entrevista à *Agência de Notícias CNM*, o parlamentar conta sobre o seu trabalho para o avanço de pautas municipalistas. Ele criticou a dependência de emendas parlamentares e abordou a importância do Observatório Político para que os prefeitos acompanhem a atuação de suas respectivas bancadas.

Ag. CNM: o senhor foi considerado um dos mais atuantes no Congresso para a aprovação de pautas favoráveis aos Municípios. Por que é necessário abraçar a causa municipalista?

Hildo Rocha – Votei favorável a todas as matérias de interesse dos Municípios. Assim como votei contra todas que prejudicavam. Fiz isso por uma simples razão: é o Município que atende à população. O habitante tem no Município o atendimento de quase 95% das suas necessidades no serviço público. Portanto, não é o Município que tem de ser sacrificado entre os três Entes da Federação quando se fala na retirada de recurso, em aumento de despesa e aumento de obrigações.

Muito pelo contrário, o Município precisa ter melhores condições para que possam funcionar todas as políticas públicas de que a população necessita e o apoio ao desenvolvimento econômico do Município. O Município é essencial na melhoria da qualidade de vida das pessoas não só nas políticas públicas que diz respeito ao atendimento, mas também no fomento ao desenvolvimento econômico e social.

Ag. CNM: No ranking da CNM, o senhor ficou em primeiro lugar. Qual é a importância de se ter um instrumento de fiscalização como esse oferecido aos gestores para que eles possam cobrar os parlamentares de suas respectivas bancadas?

Hildo Rocha – Eu acho fundamental porque estimula aqueles que estão defendendo o interesse dos Municípios a trabalhar cada vez mais pelos Entes como eu faço. Logicamente essa já é uma bandeira do nosso

trabalho na Câmara por meio da aprovação de Projetos de Lei, Propostas de Emenda à Constituição e outras ações legislativas que beneficiam os Municípios, e a CNM tem feito um grande trabalho de conscientização dos gestores municipais.

É ressaltado que não é só dos prefeitos, mas também de outros agentes municipais no sentido de correr atrás dos deputados federais e dos senadores para a aprovação de leis no Congresso que venham a beneficiar o Poder Público municipal. Aqui é uma briga grande: os Estados querendo boa parte dos recursos e a União também. E se os Municípios, que são em quantidade maior de entes federados, não tiverem um órgão representativo como a Confederação, os Municípios sempre irão perder porque não terão parlamentares suficientes para a defesa de seus interesses.

Eu queria pedir a todos que fiquem atentos ao trabalho de sua bancada na Câmara e no Senado nas votações de interesse dos Municípios. Para isso, é importante que todos tenham acesso ao Observatório Político, que está disponível no Portal da CNM. A entidade são seus olhos no Congresso. A CNM sabe como se comporta cada parlamentar e guarda isso em seu arquivo.

Ag. CNM: No Seminário Novos Gestores deste ano, o senhor fez um alerta para que os prefeitos não fiquem reféns de emendas parlamentares. Por quê?

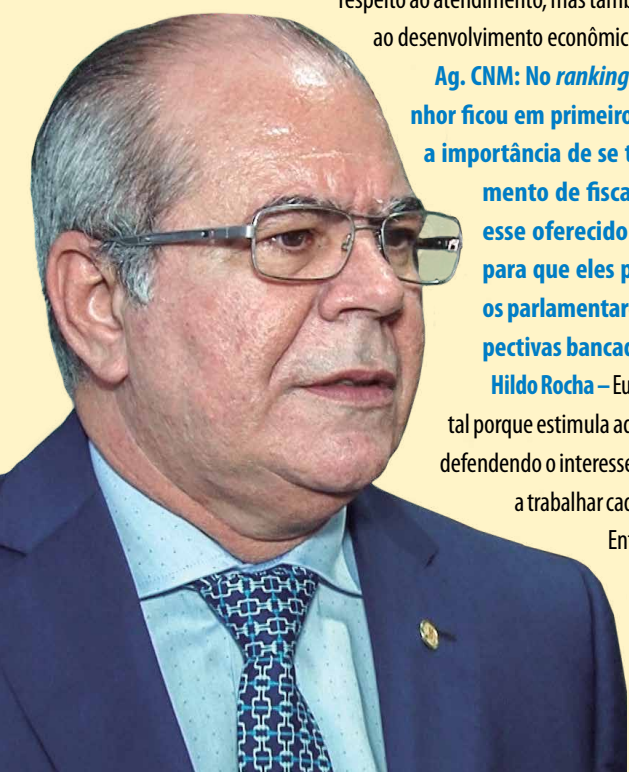
Hildo Rocha – Eu dou o exemplo da Repatriação. O projeto deu para os Municípios de pequeno e médio porte mais do que eles receberam do total de emendas parlamentares. Isso foi resultado de um trabalho nosso em parceria com a CNM e com um grupo de lideranças de deputados e senadores para que os Municípios fossem incluídos na divisão dos recursos da repatriação.

Se não fosse esse trabalho, os Municípios não teriam recebido a sua cota. E o importante é que esses recursos não irão para uma obra ou ação já determinada. O prefeito vai aplicar no que considera que é mais importante para o Município. Se você for analisar individualmente, a emenda parlamentar representa muito pouco. Eu entendo que esses recursos deveriam ser feitos por meio de transferência direta para o próprio Município, sem passar pelo crivo dos parlamentares e o Município poderia utilizar dentro do que ele acha que seja mais importante para a cidade.

O senhor trabalhou pela aprovação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, o chamado ISS, e do Encontro de contas da Previdência. Como foi a sua atuação para o avanço dessas pautas e a importância delas para os Municípios?

Hildo Rocha – A nova lei do ISS vem fazer justiça tributária e fiscal na medida em que o tributo que o cidadão vai pagar também vai ficar no local em que ele mora, onde ele utiliza os serviços públicos. A parceria com a Confederação foi muito importante para o avanço da pauta na Câmara e no Senado.

Também foi importante o trabalho junto à Comissão de Finanças e Tributação para que seja realizado um Encontro de Contas. Isso vai permitir que a Previdência possa divulgar a dívida de cada Município porque muitos não têm o conhecimento de quanto devem. Alguns deles já pagaram o que deviam e a Previdência não apresenta um extrato.



Finanças

Atuação municipalista garante repasse

O repasse de recursos arrecadados com a multa cobrada para repatriação de bens mantidos por brasileiros ilegalmente no exterior a Municípios, segundo regulamentação do governo, começou a partir de 30 de dezembro de 2016. O direito passou a ser garantido com a publicação da Medida Provisória (MP) 753/2016, em edição extra do Diário Oficial da União (DOU). Porém, o texto da publicação trouxe expressamente que o repasse aos Estados ocorreria imediatamente, mas aos Municípios apenas a partir de 1º de janeiro de 2017, no entanto, esta data foi antecipada posteriormente por conta da atuação municipalista.

Para que os governos locais tivessem direito aos R\$ 10,5 bilhões, do total de R\$ 46 bilhões arrecadados pelo governo federal com a repatriação, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) e o movimento municipalista trabalharam intensamente em 2016. Por conta disso, seus representantes recebem com entusiasmo a notícia de publicação da MP. O presidente da entidade, Paulo Ziulkoski, enviou mensagem aos prefeitos lembrando que, independentemente da data do repasse, ter o direito aos recursos garantido é uma grande vitória municipalista.

O regime foi instituído pela Lei 13.254/2016, que estabeleceu o pagamento de 15% a título de Imposto de Renda (IR) e 15% de multa sobre o montante a ser trazido de volta para o país. O texto foi apresentado pelo governo da então presidente Dilma Rousseff com a justificativa de ser uma forma de ajuste fiscal e de receita para equilibrar as contas públicas.

Como iria precisar de apoio para aprovação do texto no Congresso Nacional, o governo comprometeu-se em partilhar os 30% arrecadados com os demais Entes, em forma de imposto e multa, por meio dos Fundos de Participação dos Estados e o dos Municípios (FPE e FPM). A partir dessa garantia, a CNM apresentou aos prefeitos estimativas dos valores que poderiam receber, caso o montante previsto pelo governo fosse realmente conquistado, inicialmente R\$ 70 bilhões no geral e R\$ 21 bilhões de imposto e multa.

Já o mercado financeiro previu um valor mais otimista – em torno de R\$ 273 bilhões. Com base nesses números, a Confederação efetuou seus cálculos e mostrou aos gestores municipais os seguintes valores: caso a projeção do governo se confirmasse, R\$ 21 bilhões seriam repassados aos cofres dos Entes, mas, se a estimativa do mercado fosse alcançada, o valor aumentaria para R\$ 82 bilhões. Esses números foram divulgados pela CNM, e a entidade mostrou o quanto eles representavam para cada Ente municipal.

Porém, contrariando todas as expectativas dos prefeitos, após a aprovação da matéria pelo Congresso, a presidente Dilma vetou o artigo que previa a partilha da multa com os governos estaduais e municipais, retirando deles a metade dos recursos para aumentar a arrecadação do governo. Todo esse processo ocorreu em meio a um atípico cenário político, que culminou na perda do mandato da presidente petista e na posse constitucional de seu vice-presidente, o peemedebista Michel Temer. A mudança do governo federal trouxe consigo uma inversão automática no apoio à pauta dos Municípios.



CNM apresenta pauta prioritária ao líder do governo na Câmara dos Deputados, o deputado André Moura (PSC-SE), dentre elas: uma medida que promova a partilha à multa da repatriação com os Municípios.

Outra atitude do governo, recebida com estranheza pela CNM, foi a falta de divulgação e transparência sobre os valores arrecadados. No entanto, os economistas da CNM identificaram números positivos no FPM, a partir do segundo decêndio de abril, principalmente diante do real cenário financeiro nacional. Números positivos alcançados por conta do repasse de recursos da repatriação. O que deveria ser algo positivo se transformou em nova angústia, pois o governo não confirmava o repasse.

A CNM protocolou um pedido de esclarecimento sobre os valores da repatriação, com base nos princípios da Lei 12.527/2011 de Acesso à Informação, no dia 30 de agosto. A solicitação foi respondida no dia 10 de outubro, da seguinte forma: os levantamentos para fins de divulgação serão realizados ao final do prazo para opção pelo Regime, ou seja, dia 30 de novembro.

Com o fim da vigência da lei, os valores arrecadados foram divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) em sua página na internet, dia 8 de novembro. De acordo com a publicação, os recursos da repatriação, realmente, estavam sendo incorporados no FPM desde abril, sem nenhuma identificação ou transparência.

A postura da Receita causou outro tumulto entre prefeitos. Eles esperavam receber toda a verba da repatriação no final do ano para ajudar no encerramento dos mandatos. Apesar de o repasse mais significativo ter ocorrido em novembro e dezembro, os gestores locais voltaram a manifestar o desejo de receber os recursos da multa ainda este ano. Posicionamento incentivado por uma ação judicial apresentada pelo governador do Piauí, Wellington Dias, ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Essa ação teve decisão favorável da Corte, no início de dezembro, e, como no período estavam acontecendo os **Seminários Novos Gestores**, promovidos pela CNM, com prefeitos eleitos e reeleitos, o presidente da entidade, Paulo Ziulkoski, incentivou que os prefeitos também ingressassem com ações judiciais para se valerem do direito à verba. Segundo pesquisa da entidade, mais de 2 mil ações foram apresentadas à Justiça.

Paralelo a isso, o governo e o Congresso articulavam apresentar novo texto

Para que os governos locais tivessem direito aos R\$ 10,5 bilhões, do total de R\$ 46 bilhões arrecadados pelo governo federal com a repatriação, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) e o movimento municipalista trabalharam intensamente em 2016.



es da multa da repatriação a Municípios



Durante evento em Brasília, Ziulkoski incentiva prefeitos a ingressarem com ações judiciais para garantir direito à verba da multa da repatriação.



Diretoria da CNM solicita ao presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), e a outros senadores a votação de pautas municipalistas, inclusive PL que partilha recursos das multas de repatriação com as Prefeituras.



Representantes da CNM foram recebidos pelo líder do PMDB na Câmara dos Deputados, Baleia Rossi, e pelos deputados Hildo Rocha (PMDB-MA) e Mauro Pereira (PMDB-RS). Apoio à realização da semana municipalista de votação e distribuição dos recursos da multa da repatriação com os governos locais estavam na pauta.

para reabrir o regime em 2017. Novamente, durante a tramitação do texto no Parlamento Federal, a CNM se mobilizou para garantir que a partilha da multa estivesse expressa no texto. Enquanto Temer garantia aos municipalistas a partilha dessa parte da cobrança para regularização de bens monetários, integrantes da sua equipe econômica o desautorizava. Ele convidou Ziulkoski e os representantes municipalistas regionais para audiência no Planalto.

Novo constrangimento veio com a apresentação do texto do governo ao Congresso, privilegiando os Estados com o direito legal e excluindo os Municípios da garantia de receber os recursos da multa. Porém, durante a votação da matéria no Plenário do Senado Federal, os Municípios foram novamente incluídos no texto. Por fim, após tantas cobranças e insistências, o presidente anunciou o repasse da verba dos recursos arrecadados com a multa em 2016 com os Municípios, antes

da virada do ano. A promessa feita no evento em Pernambuco foi confirmada durante seminário com a presença de municipalistas no Ceará.

Por fim, os R\$ 5,2 bilhões foram repassados no dia 30 de dezembro, e mais R\$ 250 milhões serão transferidos às prefeituras junto ao 1% do FPM de julho e outros R\$ 250 milhões com 1% adicional de dezembro. A CNM foi a grande protagonista dessa luta; a entidade apoiou o repasse da verba dentro do exercício financeiro de 2016 e do fechamento dos mandatos. **No entanto, a Confederação esclarece que em 2017 também deve haver uma nova rodada de repatriação, em que já consta no projeto, em tramitação no Congresso, a partilha com os Municípios. Para essa nova fase, está prevista a arrecadação total de R\$ 30 bilhões pelo governo, e deste montante R\$ 11 bilhões devem ser destinados aos Municípios para investimento local.**

Saúde e Meio Ambiente



Com a chegada do verão, CNM alerta gestores para perigos do mosquito *Aedes*

O dia 21 de dezembro marcou o início do verão no hemisfério sul e também um período de alerta aos gestores municipais. O aumento das chuvas, típico da estação, favorece a reprodução do mosquito *Aedes aegypti*, principal transmissor de doenças como a dengue, *chikungunya* e *zika*. A Confederação Nacional de Municípios (CNM) apresenta orientações para auxiliar na prevenção ao desenvolvimento do inseto.

Um dos principais direcionamentos é que seja feita uma conscientização dos secretários municipais e da comunidade. As equipes de limpeza da prefeitura devem mapear e planejar ações para eliminar os criadouros do mosquito em terrenos baldios, escolas, creches, academias da saúde, áreas externas dos postos, prefeitura, secretarias municipais e outros locais de risco.

Como explica a entidade, o investimento em prevenção é fundamental, pois irá evitar gastos ex-

tras com o tratamento de pacientes afetados pelas doenças causadas pelo *Aedes aegypti*. Dentre eles, estão as despesas relacionadas a internações, afastamento de trabalho, compra de medicamentos, além do aumento da demanda nos hospitais.

Para ajudar os gestores municipais a combater o mosquito *Aedes aegypti*, a Confederação listou algumas ações importantes:

- identificar e estabelecer os serviços de saúde de referência e o fluxo de atendimento aos pacientes;
- notificar imediatamente os casos suspeitos, por meio do formulário de Registro de Eventos de Saúde Pública;
- reforçar as ações de prevenção e controle em áreas urbanas e arredores;
- realizar campanhas educativas nas escolas e creches;
- intensificar os mutirões de combate ao mosquito;
- divulgar aos profissionais de saúde a definição padronizada de casos suspeitos de microcefalia e protocolo clínico padronizado para a assistência adequada aos pacientes.

De janeiro a setembro de 2016, foram registrados 1.438.624 casos de dengue no país. No mesmo período deste ano, boletins do Ministério da Saúde apontaram o registro de 236.287 casos prováveis de *chikungunya* e mais de 100 mil casos confirmados de *zika*.

Essas e outras informações estão disponíveis em um *hotsite* criado pela CNM para falar sobre a importância de prevenção ao *Aedes aegypti*. Na página, os gestores municipais encontram dados epidemiológicos, estudos e um conjunto de materiais de apoio prontos para uso. Acesse o *site* e confira: www.aedes.cnm.org.br.



Chamado municipalista



ISS: prefeitos devem intensificar mobilização para derrubar veto à redistribuição entre os Municípios

O ano de 2016 se encerrou com uma grande preocupação para os Municípios. Isso porque a presidência da República vetou os principais pontos da Lei Complementar 116/2003 – que trata do Imposto Sobre Serviços (ISS) de competência dos Municípios. O presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, lamenta a decisão do governo federal de vetar uma redistribuição mais justa dos recursos, especialmente diante da situação de calamidade financeira na qual se encontram as prefeituras.

Ziulkoski destaca que **a aprovação do texto no Congresso Nacional representou uma grande conquista do movimento municipalista**. Ele alerta os prefeitos, no entanto, que essa luta não acabou. Agora, os gestores municipais devem se mobilizar e pressionar os parlamentares a fim de que os vetos sejam derrubados, e que justiça seja feita em relação à desconcentração e à melhor distribuição desses recursos.

Publicada no Diário Oficial da União (DOU) no dia 30 de dezembro de 2016, enquanto o foco dos prefeitos e do movimento municipalista estava na novela do repasse da multa da repatriação, a retirada dos pontos na Lei pelo governo priva os Municípios da possibilidade de redistribuírem pelo menos R\$ 6 bilhões de ISS. A entidade lamenta o veto, principalmente pelo fato de a medida de retirar os trechos que previam o recolhimento do tributo nos Municípios onde realmente ocorrem as transações de cartões de crédito/débito, leasing e planos de saúde ter sido feita para atender a uma solicitação de representantes das instituições bancárias.

A Confederação entende que a ação da presidência da República desconfigurou o projeto como um todo. A proposta era considerar a tendência observada nos sistemas tributários mundo afora de que o imposto sobre circulação seja devido no destino, onde se localiza o usuário final daquela operação, e não na origem – onde se localiza o fornecedor do bem ou serviço daquela operação. Com o texto retirado pelo veto, seria mais provável atingir justiça fiscal.



HISTÓRICO DE MOBILIZAÇÃO

Com 63 votos favoráveis e três contrários, foi votado no Senado Federal o projeto de lei que altera a distribuição do Imposto Sobre Serviços (ISS). A CNM comemorou a iniciativa, pois o texto aprovado pelos parlamentares inclui mecanismos importantes para melhorar a arrecadação dos Municípios.

Durante nove meses, a CNM trabalhou para fazer as adequações necessárias no texto. Em 15 de dezembro de 2015, um parecer foi apresentado aos senadores, atendendo a todos os pedidos da entidade municipalista. Porém, apesar de constar na pauta do Plenário, durante quase um ano, a matéria não

foi votada. Em outubro de 2016, a relatoria do projeto foi assumida pelo o senador Cidinho Santos (PR-MT), e com essa mudança deu início à nova articulação para que fosse mantida a redação em favor da totalidade dos Municípios.

No dia 13 de dezembro, em sessão do Plenário do Senado, o Cidinho Santos iniciou a leitura de seu parecer, elaborado em conjunto com a CNM. Então, no dia 14 de dezembro, a matéria foi finalmente apreciada pela Casa. Como nota a entidade, a mudança na redação da Lei do ISS representa uma conquista de mais de R\$ 6 bilhões aos Municípios brasileiros.

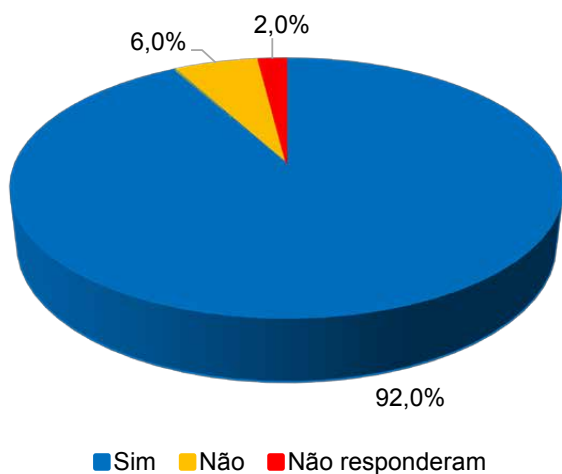


Dados divulgados em dezembro mostram pagamento do 13º salário dos servidores

Gratificação natalina confirma necessidade de repasses extras para que Prefeituras fechem o ano no azul

O pagamento do 13º salário referente ao ano passado, também chamada de gratificação natalina, aos 6 milhões de servidores municipais deve injetar aproximadamente R\$ 16 bilhões na economia brasileira, de acordo com estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa executada pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) mostra que 4.028 – ou 92% – afirmaram que o repasse de 1% extra do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em dezembro iria ajudar a pagar a gratificação natalina. Outros 261 Municípios afirmaram acreditar que tal repasse não auxiliaria neste pagamento.

O recurso oriundo do 1% do FPM vai ajudar no pagamento do 13º Salário?



teriores, o atual levantamento fez uso dos resultados obtidos pelo número de prefeituras participantes como comportamento usual de todos os Municípios brasileiros. Sendo assim, os percentuais para análise de série histórica foi calculado em cima de respostas obtidas.

De modo geral, a CNM observou uma tendência de postergação do pagamento do 13º salário, pois o percentual de Municípios que optaram em pagar em parcela única caiu frente aos últimos anos. Em 2016, 3.304 Municípios optaram por pagar a gratificação de uma única vez, sendo que, em 2010, por exemplo, 3.521 Municípios pagaram em uma única parcela. De acordo com a Confederação, tais números evidenciam uma necessidade de maior prazo para os gestores municipais buscarem recursos e evitarem atrasos em pagamentos de folha de pessoal.

Gráfico 5 – A forma de pagamento do 13º salário



Fonte: Elaboração Própria – CNM

A pesquisa feita com todos os 5.568 Municípios brasileiros, foi respondida por 4.376 Prefeituras (78,6%). Extraordinariamente, os gestores municipais puderam contar, ao fim do ano passado, com uma parcela da multa arrecadada pela União com a repatriação de recursos remetidos ao exterior sem a devida declaração à Receita Federal. Ao todo, 3.829 Municípios, ou 90,5% dos participantes da pesquisa, responderam que a nova fonte de receita ajudou a equilibrar as contas das finanças municipais. Outros 8,6% dos entrevistados disseram que, embora tenha ajudado, a verba ainda não foi suficiente para o fechamento das contas das prefeituras.

À título de comparação com pesquisas realizadas em anos an-

92%
dos Municípios responderam que o 1% do FPM ajudou no pagamento do 13º salário



Outro ponto alarmante revelado pela pesquisa foi em relação ao crescimento do percentual de Municípios que já confirmaram atraso para o pagamento da gratificação natalina, tanto no pagamento da parcela única, como do parcelado. Para este ano, 5,8% dos 2.572 Municípios que ainda não pagaram previram atraso na remuneração extra dos servidores, contra 2,8% dos 3.521 que ainda não tinham pago em 2010. O que quer dizer que 322 cidades brasileiras já previram atraso no 13º deste ano e, há sete anos, esse número era de apenas 37 Municípios.

Final de mandato



Carta enviada aos TCEs solicita que sejam consideradas as excepcionalidades do último mandato

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) enviou carta aos Tribunais de Contas dos Estados (TCEs), apresentando algumas das excepcionalidades da gestão que terminou dia 31 de dezembro de 2016. O documento – protocolado na Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) – solicita que os órgãos de controle considerem percalços, como a redução do Produto Interno Bruto (PIB).

De acordo com a CNM, os governos locais atuam, praticamente sozinhos, para minimizar os dramas do povo e alcançar soluções para os problemas da população. Para isso, eles tiveram de lidar com as elevadas contrapartidas para execução de programas federais, inclusive da Saúde e da Educação. Além disso, as sucessivas retrações de receita causaram o comprometimento dos limites de endividamento e gasto com pessoal, instituídos pela Lei 101/2000 de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Diante dessa realidade, o documento apresentou as seguintes soluções:

- a aplicação das regras previstas no artigo 66 da LRF para evitar que os gestores sejam penalizados pela Lei 10.028/2000, por conta do descumprimento dos limites de despesa com pessoal e endividamento;
- a constatação da inscrição em Restos a Pagar (RAPs) de pagamentos resultantes do descumprimento de obrigações financeiras da União e dos Estados. Assim, admita-se a figura de restos a pagar a receber;
- a comprovação da redução do Produto Interno Bruto (PIB) – de 3,7% em 2015 e 4% em 2016 – em todas as avaliações.



Novo mínimo causará impacto de R\$ 2,2 bilhões nos cofres municipais

O salário mínimo causará impacto de R\$ 2,219 bilhões nos cofres municipais, segundo levantamento da Confederação Nacional de Municípios (CNM). O reajuste de 6,48% foi anunciado pelo governo no dia 30 de dezembro, assim o valor passa de R\$ 880 para R\$ 937 em 2017.

Segundo o governo, o reajuste do mínimo injetará R\$ 38,6 bilhões na massa salarial dos brasileiros, o que representa 0,62% do Produto Interno Bruto (PIB). Já, para a CNM, o aumento de R\$ 57 promove impacto devastador nas finanças municipais, uma vez que a maior parte dos servidores públicos, os aposentados e os beneficiários sociais estão vinculados à gestão municipal. Desde 2003, a política de valorização do mínimo já acumu-



Marcos Santos/USP Imagens

la um impacto de R\$ 27,113 bilhões na folha municipal, conforme mostra levantamento da entidade.

A CNM sinaliza que o salário mínimo cumpre a função de ser base para o piso salarial nacional e para o piso da aposentadoria e dos demais benefícios sociais. Atualmente, são mais de três milhões de funcionários com remuneração vinculada ao salário mínimo, nos 5.568 Municípios brasileiros.

Agende-se!

A *XX Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios* será entre os dias 15 e 18 de maio, e deve reunir representantes do Executivo, Legislativo e Judiciário, além de milhares de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores e de autoridades municipalistas internacionais. Para que a *Marcha* seja, novamente, um marco histórico na política brasileira, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) aconselha os gestores municipais a já se programarem. “Não fique de fora, municipalismo forte se faz com a participação de todos”.

Combate às drogas



Reinserir encerra 2016 com balanço positivo de parcerias e capacitações

Realizado em 13 Municípios do Curimataú e Seridó Paraibano, o Projeto Reinserir tem promovido grandes capacitações, ajustes e adaptações nessas localidades. Para encerrar as atividades de 2016, ocorreu uma confraternização oficial que reuniu a equipe técnica Projeto e os integrantes dos Grupos de Trabalhos dos Municípios, em Picuí (PB).

O Reinserir completou o segundo ano de atividade. Foi um período de consolidação dos Grupos de Trabalho, ampliação e fortalecimento dos envolvidos nas ações propostas. Cerca de 10 atividades, entre Oficinas, Fóruns, Palestras e Agendas foram realizadas nos Municípios integrantes – Baraúna, Barra de Santa Rosa, Cubati, Cuité, Damião, Frei Martinho, Nova Floresta, Nova Palmeira, Pedra Lavrada, Picuí, São Vicente do Seridó, Sossego e Olivedos. Além da divulgação do Projeto em outras localidades como Campina Grande (PB), João Pessoa (PB), Codó (MA), Cantanhede (MA) e Monteiro Lobato (SP).

A entrega dos Diagnósticos Municipais de Usuários de Drogas representou importante marco porque a partir desses dados será possível o planejamento de políticas públicas de prevenção ao uso de drogas, tratamento, reinserção social e trabalho em rede nos espaços de construção política ocupados pelas



Ag. CNM

equipes municipais de saúde, assistência social e educação. Foram 13 seminários para apresentar os resultados da pesquisa que mapeou o perfil de cada cidade em relação ao consumo e circulação de drogas lícitas e ilícitas.

Publicações com temas de interesse das Redes de Atendimento e dos integrantes dos GTs também ocorreram durante o ano. Dentre elas, a de Boas Práticas que trouxe diferentes iniciativas nos Municípios para prevenção às drogas e reinserção social. Trabalhar com boas práticas é uma das estratégias do Projeto. Os livros são disponibilizados,

gratuitamente, no www.reinserir.cnm.org.br

Para a realização das atividades ao longo do ano, o Projeto estabeleceu importantes parcerias com instituições e grupos de apoio como o Alcoólicos Anônimos, Narcóticos Anônimos e o Instituto Federal Paraibano. Para 2017, o Reinserir passará por uma etapa de repactuação com as mudanças nas gestões municipais. O apoio foi garantido pelos prefeitos eleitos durante reunião com a equipe técnica, no *Seminário Novos Gestores*, em novembro, promovido pela Confederação Nacional de Municípios (CNM).



Ag. CNM

Rede Municipalista

A partir de 2017, a estratégia da Confederação Nacional de Municípios (CNM) é fortalecer e expandir a Rede Municipalista. O projeto propõe facilitar o canal de comunicação e interação entre a CNM e os Municípios de todo o Brasil, e promover melhorias nas atividades cotidianas da gestão municipal. Além de viabilizar maior atuação dos prefeitos no movimento municipalista brasileiro. Para fazer parte dessa iniciativa inovadora, o prefeito deve indicar um servidor para integrar a rede, por meio do www.rede.cnm.org.br.

Educação



Confederação esclarece gestores municipais sobre estimativa do Fundeb para 2017

A previsão total do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos profissionais da Educação (Fundeb) para o exercício de 2017 é de R\$ 141.413.735,30, de acordo com a Portaria Interministerial 8/2016.

Desse montante, R\$ 129.737.371,90 se referem ao total das contribuições de Estados, Distrito Federal e Municípios, e R\$ 12.973.737.185,18 à complementação da União ao Fundo. Os mesmos nove Estados dos anos anteriores serão beneficiados com esses recursos: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco e Piauí.

A previsão corresponde a um aumento de 3,27% (R\$ 4,4 bilhões) em relação à estimativa de receita para 2016. Já o valor mínimo nacional por aluno/ano dos anos iniciais do ensino fundamental urbano foi estimado para 2017 em R\$ 2.875,03, aumento de 4,93% em relação a 2016.

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) destaca, porém, que, tanto a receita estimada do Fundeb para 2016 quanto para 2017 estão base-

adas em expectativas irreais. O ano passado foi marcado pelo desempenho fraco da economia e, para 2017, as projeções acerca do cenário econômico apontam que essas mesmas dificuldades serão enfrentadas pelo país.

Complementação da União retida durante o ano

A entidade lembra que o valor da complementação da União deve ser de, no mínimo, 10% do valor da contribuição de Estados, Distrito Federal e Municípios. Entretanto, até 2016, o governo federal continuou procedendo ao desconto dos 10% do valor total da complementação, que deveriam ser repassados para integralização do pagamento do piso nacional do magistério aos Entes federados que comprovarem incapacidade financeira para pagar o valor do piso com recursos próprios. Assim, para 2017, o Fundo Nacional de desenvolvimento da Educação (FNDE) prevê o desconto de R\$ 1.297.373.718,52 do valor total da complementação da União ao Fundeb.

Mudança no cronograma de repasses

O cronograma de repasses da complementação da União ao Fundeb tem uma novidade neste ano: os repasses serão feitos em parcelas mensais, de janeiro de 2017 a janeiro de 2018, e serão repassadas em conjunto a "complementação da União" e a "complementação ao piso". O governo federal deixará de reter durante o ano os 10% da complementação da União ao Fundeb, que poderiam ser utilizados para integralizar o pagamento do piso e vai repassar esse valor mensalmente, também distribuído pelo critério das matrículas nas redes de ensino de cada Ente federado.

A CNM considera positivo o fato de o governo federal deixar de reter essa parte da complementação durante o ano. Porém, a entidade alerta que não é verdade que a União esteja repassando recursos para o pagamento do piso, pois esses valores serão redistribuídos pelo mesmo critério dos outros 90% da complementação ao Fundo.

Previdência



Reforma previdenciária: Câmara deve votar PEC do governo neste 1º semestre

O governo federal apresentou ao Congresso Nacional, em dezembro de 2016, uma sugestão de reforma da Previdência: a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/2016. A Câmara dos Deputados pretende aprovar a matéria até o final de março. De acordo com o presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), a votação da matéria deve ser concluída neste primeiro semestre para enviar a PEC ao Senado Federal até junho.

Com a justificativa de que a medida é necessária para equilibrar o sistema, tendo em vista o envelhecimento da população, a PEC sugere medidas como: igualdade na seguridade social de homens e mulheres e de servidores da iniciativa privada e do setor público; impossibilidade de acumular bene-

fícios, como aposentadoria e pensão; cotas para o pagamento de pensão por morte a familiar e idade mínima de 65 anos e 25 anos de contribuição para entrada na aposentadoria.

De acordo com esclarecimentos da Confederação Nacional de Municípios (CNM), a proposta trata aspectos prioritários. Dentre eles, as regras de acesso ao benefício; à idade mínima de aposentadoria e às regras de transição; à fórmula de cálculo; às pensões por morte; e aos Benefício de Prestação Continuada (BPC). Além disso, o texto prevê que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adequem os regimes de previdência dos servidores titulares de cargos às novas regras em um prazo de dois anos. Também deverão instituir, obrigatoriamente, o regime de



previdência complementar para os seus servidores.

A CNM explica ainda que as regras do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e do RGPS passarão a convergir no valor mínimo e máximo das remunerações de contribuição e de benefícios a partir da instituição da previdência complementar. Em princípio, a entidade verifica que a PEC pode ser favorável aos Municípios, uma vez que a grande maioria deles enfrenta problemas por conta de dívidas previdenciárias. Nesse sentido, a Confederação entende que apesar de ter sido editada para resolver o problema da União, as prefeituras podem ser beneficiadas com a reforma.

Turismo



CNM defende atualização do Mapa do Turismo Brasileiro

Com o crescimento da atividade turística no Brasil faz-se necessário adotar estratégias que possam ordenar o desenvolvimento do turismo de forma positiva, eficiente e eficaz. Tal percepção é determinante para a estruturação dos Municípios turísticos e é um componente fundamental para a política pública de ordenamento territorial e para a interiorização do desenvolvimento.

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) defende que em 2017 seja promovida uma nova atualização do Mapa do Turismo Brasileiro. O pleito reflete a preocupação com a exclusão de 1.170 Municípios na versão publicada em junho de 2016.

Atenta a essa significativa redução de Municípios incluídos no Mapa de Turismo e ao fato de que na última eleição municipal foram eleitos mais 4 mil novos gestores e dentre estes cerca de 1.700 são de Municípios que não fazem parte do atual Mapa, a CNM trabalha para que seja realizado um novo mapeamento em 2017. A Confederação espera que esse novo mapa atenda às demandas municipalistas.

COMO PARTICIPAR DO MAPA?

É importante lembrar que para um Município solicitar a participação no Mapa do Turismo Brasileiro, ele deve cumprir alguns requisitos mínimos, dentre eles, ter no âmbito da estrutura de gestão municipal uma área para Turismo. Também é preciso ter dotação orçamentária específica para o setor e se comprometer a fomentar a criação do Conselho Municipal de Turismo. Para mais informações, o gestor pode procurar a área técnica de turismo da CNM.

Para tanto, orientamos que os novos gestores inicialmente façam um “reconhecimento” do Turismo em suas respectivas cidades. Neste levantamento devem estar contemplados os atrativos naturais e culturais, bens e serviços turísticos, serviços de apoio ao turismo, dentre outros. Após esse diagnóstico inicial, é possível começar a desenvolver ações e mesmo incentivar a criação de uma cadeia produtiva do turismo.

Verão x Turismo

O verão já começou e com ele o Brasil espera receber cerca de 2,42 milhões de turistas estrangeiros para a temporada. Segundo o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) o número representa crescimento de 11% em relação ao verão passado, quando o País recebeu 2,1 milhões de visitantes do exterior.

A CNM tem destacado que o Turismo é uma área importante para os Municípios brasileiros, e caso a estimativa se confirme será profícuo para os novos gestores que assumirão a gestão em 2017.

MAPA DO TURISMO BRASILEIRO

O PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO

SISTEMA DE INFORMAÇÕES

CATEGORIZAÇÃO

O QUE É O MAPA DO TURISMO BRASILEIRO?

O MAPA DO TURISMO BRASILEIRO É UM INSTRUMENTO DE ORIENTAÇÃO PARA A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TURISMO NO DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS, TENDO COMO FOCO A GESTÃO, ESTRUTURAÇÃO E PROMOÇÃO DO TURISMO, DE FORMA REGIONALIZADA E DESCENTRALIZADA. A CONSTRUÇÃO DO MAPA É FEITA EM CONJUNTO COM OS ÓRGÃOS OFICIAIS DE TURISMO DOS ESTADOS BRASILEIROS E ATUALIZADA PERIODICAMENTE.

SAIBA MAIS >

CONHEÇA O MAPA 2016



Embratur



Embratur

Créditos

O Boletim CNM é uma publicação da Confederação Nacional de Municípios. Todo o conteúdo pode ser copiado, distribuído, exibido e reproduzido livremente, desde que seja citada a fonte.

Presidente: Paulo Roberto Ziulkoski • **Diretor de Gestão:** Gustavo Cezário • **Jornalista responsável:** Tairo Arrial • **Reportagens:** Allan Oliveira, Francisco Rodrigues, Gabriela Salcedo, Mabilia Souza, Raquel Montalvão, Virna Limongi, Viviane Oliveira. **Colaboradores:** Áreas Técnicas da CNM • **Fotos:** Agência CNM • **Revisão:** Keila Mariana de A. O. Pacheco • **Diagramação:** Themaz Comunicação.

Endereço: SGAN 601, Módulo N – Brasília/DF – CEP: 70.830-010 • **Telefone:** (61) 2101-6000 • **Fax:** (61) 2101-6008 • **E-mail:** atendimento@cnm.org.br • **Site:** www.cnm.org.br